

Orçamento 90, um problema para o novo governo.

As múltiplas despesas criadas pelo Congresso para o orçamento da União de 1990 — e que o presidente Sarney preferiu não vetar — indicam um adicional de até 1% do Produto Interno Bruto, algo em torno de 3 bilhões de dólares em relação à proposta original do Executivo. Os cálculos são da equipe de economistas do futuro governo, que realizou algumas simulações para verificar o impacto das despesas criadas pelo Congresso. “O Sarney enterrou a cabeça na areia para não resolver esse problema e para não se indispor com o Congresso”, reclamou o líder do PRN, deputado Renan Calheiros. “Isso é coisa típica de final de governo.”

Calheiros adiantou ontem que o novo governo vai propor ao Congresso, assim que tomar posse, uma profunda revisão do orçamento geral da União com dois objetivos básicos: reduzir despesas e ajustar a lei orçamentária à reforma administrativa que Fernando Collor vai fazer. Não será fácil. Propor ao Congresso uma revisão do orçamento é uma operação política complicada. Os mesmos parlamentares que decidiram ampliar os gastos que, segundo o Ministério do Planejamento chegam a NCz\$ 113,1 bilhões, serão chamados para fazer os cortes. Eles chegaram a criar uma programação especial para acomodar in-

teresses diversos — uma programação que o deputado José Serra (PSDB-SP) classificou como “apenas fictícia”.

Numa extensa exposição de motivos, o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, sugeriu a Sarney diversos vetos ao orçamento, explicitando todos os casos de inconstitucionalidade praticados pelo Congresso na apreciação do projeto de lei orçamentária. Para o ministro, seria tecnicamente aconselhável cortar os NCz\$ 113,1 bilhões dos gastos criados pelo Congresso — seja por inconstitucionalidade, seja por incompatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pelo próprio Congresso.

Sarney não se convenceu. Preferiu acatar a sugestão de seu ministro do Gabinete Civil, Luiz Roberto Ponte: não vetar nada para não entrar em atrito com o Congresso. Assim, caberá ao novo governo propor as alterações que se encaixem em seu programa administrativo e de investimentos. “Se não fosse assim, o orçamento poderia ser vetado agora e vir a ser modificado mais uma vez a partir de março, quando toma posse o novo governo, resultando em desgaste para ambas as partes”, argumentou Ponte.

Cauteloso em relação ao assunto, o futuro ministro da Justiça, Bernardo Ca-

bral, assumiu uma postura neutra: “Se o presidente Sarney disse que não vetou parte do orçamento em respeito ao Congresso, eu é que não vou comentar nada”. Para o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, a decisão de Sarney foi “uma prova de apreço ao Legislativo”. Carneiro, contudo, admitiu a possibilidade de o futuro governo negociar a revisão do orçamento.

A equipe de transição de Fernando Collor que se dedica à área da Saúde já identificou a necessidade de reformular a lei orçamentária. Pelo orçamento aprovado, 22% das verbas da Saúde irão para o Inamps, mas Collor quer que cheguem a 50%.

Corte

Depois de tanta discussão, Sarney decretou ontem o cancelamento de despesas no valor de NCz\$ 21,8 bilhões do orçamento. Eram despesas condicionadas à aprovação, pelo Congresso, do pacote tributário enviado pelo Executivo no final do ano passado. Para aprovar tais despesas, o Congresso teria que aprovar também um aumento correspondente de receitas. O próprio projeto de lei do orçamento já previa quais despesas seriam cortadas, se o pacote fosse rejeitado — e o corte atingiu diversos setores da administração.